

Considerações sobre a crítica marxista à dinâmica da pobreza na sociabilidade capitalista e seu caráter estrutural

Fabício Fontes de Andrade*

RESUMO: É objetivo deste artigo debater a crítica marxista à pobreza na sociedade capitalista em face ao seu caráter funcional e estrutural na sociabilidade capitalista. A análise marxista demonstra que a pobreza não é passível de superação na sociedade do capital, sendo esta um resultado consequente e necessário deste modo de produzir riquezas. **Palavras-chave:** Estado; pobreza; política social; marxismo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Pobreza; Política Social; Marxismo.

Considerations about the marxist critique of the dynamics of poverty in capitalist sociability and its structural character

ABSTRACT: The purpose of this paper is to debate the Marxist critique of poverty in capitalist society in view of its functional and structural character in capitalist sociability. Marxist analysis shows that poverty cannot be overcome in capital society, which is a consequent and necessary result of this way of producing wealth.

KEYWORDS: State; Poverty; Social Policy; Marxism.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Adjunto II da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Introdução

Do ponto de vista historiográfico certamente a humanidade convive com formas de pobreza e seus desdobramentos antes de experimentar o desenvolvimento da sociedade capitalista. Em modo de produção anterior ao capitalismo, a pobreza decorria seja da incapacidade de geração de riquezas ou pela escassez de gêneros alimentícios. Situação que se desdobrou na pobreza de milhões de pessoas, na medida em que surtos e epidemias levavam à morte um número também significativo de seres humanos por completa incapacidade social de geração de riquezas e tecnologias para seu enfrentamento.

Se a pobreza é anterior ao capitalismo, sob a organização produtiva do capital esta assume formas marcadamente distintas das anteriores. Em lugar de ser decorrente da escassez, sob o ordenamento do capital a pobreza afirma-se e persiste mesmo diante do crescimento significativo da abundância e da ampliação inédita da capacidade produtiva. Visualiza-se, portanto, a pobreza como uma contraface do desenvolvimento ampliado do sistema capitalista, não como resultante de uma incapacidade de geração de riquezas.

Nesta perspectiva, é objetivo deste artigo discutir a análise marxista sobre a pobreza na sociabilidade do capital, apontando o seu caráter estrutural e funcional no sistema capitalista.

A crítica marxista da pobreza na sociedade burguesa busca superar a interpretação limitada deste fenômeno em suas evidências mais imediatas, objetivando alcançar suas determinações essenciais decorrentes do modo de produção capitalista. Logo, ao se analisar a dinâmica da pobreza enquanto expressão da “questão social”, ou seja, resultante da forma como se organiza a produção capitalista, faz-se importante destacar que a expressão “Questão Social” data das primeiras décadas do século XIX, sob a inspiração do pensamento conservador. Tal expressão surge para designar os problemas sociais decorrentes de uma nova ordem societária, problemas estes muito ligados ao pauperismo crescente na transição do feudalismo ao capitalismo enquanto forma primordial de empreender a produção material. Este fenômeno de aumento da pobreza descrito pelos conservadores passa a ser enfrentado com medidas que atuam em sua mitigação e controle, mas não em medidas que possibilitem a sua dissolução nesta emergente ordem societária.

Destaca-se aqui, que nossa investigação se orienta sob a crítica marxista da “questão social”, cujo estatuto teórico ultrapassa o viés moralizador do conservadorismo para utilizar a fundamentação da crítica da economia política para desvelamento dos processos societários que determinam os diversos modos de manifestação concreta da “questão social” na sociabilidade do capital.

A pobreza no capitalismo e seu carter estrutural

É importante assinalar que, em direção diversa da adotada neste artigo que utiliza a teoria crtica, a dimensao argumentativa sob o prisma liberal clssico aponta que as expresses da “questao social”, entre elas a pobreza, passariam pela atribuio de caractersticas deletrias aos pobres, cuja situao de pobreza estaria vinculada a responsabilizao individual por sua condio, resultado de baixa capacidade educacional dos indivduos, falta de planejamento e racionalidade na utilizao dos recursos disponveis aos mesmos, e desordens de origem moral e comportamental.

Embora no seja objetivo primordial deste artigo analisar especificamente as experiencias histricas do enfrentamento da pobreza, nota-se que na gnese da sociedade capitalista as aes para mitigar a pobreza resultaram em aes filantrpicas, nas restritivas leis dos pobres e aprofundadas em seu carter repressor no advento da Nova lei dos Pobres¹ a partir de 1834. De acordo com Yamamoto (2001), esta caracterizao das situaes de pobreza se torna fundamentalmente problemtica no desvelamento de seu carter estrutural sob o capitalismo, uma vez que este entendimento mais estreito da dinmica social possibilita:

a pulverizao da questo social, tpica da ptica liberal, resulta numa *autonomizao e suas mltiplas expresses* – as vrias “questes sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questo social imanente a organizao social capitalista, o que no elide a necessidade de apreender as mltiplas expresses e formas concretas que assume” (p.18).

A partir destes pontos destacados quanto ao enfoque dado a “questao social” no capitalismo, corrobora-se o exame contido em Montano (2012), em que se demonstra que a “questao social” e a pobreza passam a ser enfrentados operando trs pressupostos articulados: *primeiro*, a disjuno dos elementos polticos e econmicos na gnese da “questao social”; *segundo*, importando a individualizao das causas da pobreza e, em *terceiro* aspecto, impondo o seu confronto atravs da categorizao dos pobres e naturalizao da misria.

Em sentido dissonante e crtico a naturalizao da misria contida no pensamento (neo) liberal, o debate marxista apesar de sua diversidade e complexidade, tem se destacado em

¹ Estas medidas foram destinadas a regular a mendicncia e a vagabundagem, proporcionando benefcios para as pessoas em necessidade, desde que no deixassem suas respectivas parquias ou os distritos onde se estabeleceram. Essas Leis se dividiam em dois grupos: as velhas e as novas leis dos pobres. As “Velhas Leis dos Pobres” so aquelas em vigor durante o perodo de finais do sculo XVI (reinado de Elizabeth I) at 1834. A sua concepo e execuo eram altamente descentralizadas nas parquias locais. As Velhas Leis dos Pobres foram substitudas pelas chamadas “Novas Leis dos Pobres”, estendendo-se desde 1834 at o advento do Estado social moderno na Gr-Bretanha (aps a Segunda Guerra Mundial). As novas Leis dos Pobres foram mais centralizadas (deixando a parquia como instncia de execuo), instalando-se na generalizao de “casas de trabalho” (workhouses) e uma menor assistncia aos “capazes de empregar-se”.

estudos que fundam a gênese da “questão social” na lei geral da acumulação capitalista. Este debate se consolida e determina a interpretação da emergência da “questão social” à cena política desde as sistematizações de intervenção social através do Estado como resultado da mobilização e organização da classe trabalhadora.

Em relação a este processo de ampliação das funções estatais, Netto (2006) afirma que as intervenções do Estado nas manifestações da “questão social” – embora fragmentadas e residuais – se ampliam enquanto tais na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, momento a partir do qual, o Estado amplifica suas funções assumindo ações que vão além da coerção social, inserindo-se na consolidação da esfera do consenso social, operado através de mecanismos diversos, dentre os quais se destacam as políticas sociais empreendidas nos Estados capitalistas.

Deste modo, de acordo com a análise de Netto (2006) notam-se diferenciações no modo de responder às expressões da “questão social” sob o capitalismo, uma vez que, no âmbito do chamado capitalismo concorrencial a “questão social” somente era alvo de alguma intervenção, mesmo que elementarmente coercitiva ou superficial, quando a manifestação cotidiana da “questão social” colocava óbice à continuidade da produção capitalista. Em seu conteúdo, estas intervenções empreendidas pelo poder estatal se caracterizavam predominantemente por serem operacionalizadas de maneira coercitiva e/ou moralizadora frente aos trabalhadores que escapavam da lógica “modernizadora” e do “progresso” propiciado pelo modo de produção em consolidação.

Neste sentido, referenciando nossa interpretação em Netto (2006), destaca-se que somente na passagem para a era dos monopólios que se institucionaliza a administração das expressões da “questão social” através das políticas sociais como mecanismo de consenso social. Esta intervenção nas expressões da “questão social” por meio de políticas sociais emergia no momento em que o Estado sob a hegemonia dos monopólios buscava legitimação política no âmbito da democracia liberal, se configurando permeável a interesses e reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora, embora estivesse sempre demarcado por limites de reprodução do próprio sistema capitalista.

Em relação a esta mudança das intervenções nas manifestações da “questão social” e de conteúdo do Estado capitalista, Netto (2006) sustenta que,

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem se tornar – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo de forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais (p.29).

No que concerne a este processo de ampliao do escopo de atuao da regulao estatal, *é mister* compreender que a permeabilidade das demandas postas pela classe trabalhadora, embora pudessem reverberar alguma ressonncia na agenda de governos, se encontravam sob o limite prprio das condies de reproduo ampliada do capital, sendo passveis de atendimento somente aquelas pautas que necessariamente fossem conjugveis e assimilveis com o modo de acumulao capitalista.

Neste sentido, sob a orientao do Estado hegemonicamente determinado pelo capital monopolista, empreendem-se preponderantemente polticas sociais que buscam enfrentar de maneira fragmentada a “questo social”. Estas intervenes so marcadas pela contradio de garantir ganhos imediatos e importantes para a classe trabalhadora e possibilitar a reproduo do capital, bem como corroborar para invisibilizar os determinantes materiais que configuram a (re) produo da “questo social” nesta sociabilidade.

Diante destes condicionantes preliminarmente levantados, *é importante asseverar* que no desconsiderando as conquistas no mbito da ampliao das aes do Estado na passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, de maneira contraditria este processo resultou em um acelerado e intermitente mecanismo de pauperizao relativa do conjunto da classe trabalhadora. Considera-se ainda, que este entendimento no exclui o fato de que esta generalizao da pauperizao foi perpassada em alguns momentos por ganhos, concesses ou conquistas para a classe trabalhadora, que indiscutivelmente levaram *à elevao das condies imediatas de sobrevivncia dos trabalhadores em determinados contextos histricos e geogrficos, ou seja, redundaram em alguma medida na diminuio da pauperizao absoluta*² mesmo que em contextos localizados.

Se nos parece adequado compreender que a categoria “questo social” *é atravessada por diversas abordagens no necessariamente crticas à sociabilidade sob o capitalismo, a crtica marxiana nos fornece elementos analíticos que possibilitam chegar aos fundamentos da “questo social” sob diversas determinaes, tendo em vista a sua vinculao inequívoca e consequente com os desdobramentos do capital como fora produtiva.*

Do mesmo modo, *é importante reafirmar que, embora muitas argumentaes advoguem que as transformaes capitalistas contemporneas configurem uma nova “questo social”,*

² A pauperizao absoluta registra-se quando as condies de vida e trabalho dos proletrios experimentam uma degradao geral: queda do salrio real, aviltamento dos padres de alimentao e moradia, intensificao do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperizao relativa *é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condies de vida dos trabalhadores melhoram, com padres de alimentao e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela reduo da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. Insista-se em que esta distino, prpria da tradio marxista, no pode ser confundida com a pobreza “absoluta” e a pobreza “relativa”, que expressam outros referenciais teóricos.*

verifica-se que esta mantém seu cerne fundado na acumulação capitalista, não configurando uma nova “questão social”, uma vez que sua determinação essencial continua válida. A “questão social” continua, em nossa interpretação, essencialmente determinada pelo crescimento capitalista, que se encontra sinteticamente elucidada nos termos de Yamamoto (1991) como: “senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.”. (p.77)

A partir da crítica marxista, visualiza-se que o sistema capitalista produz e reproduz a “questão social” de maneira compulsória e imperiosa à sua reprodução, não sendo, portanto, resultado de uma desadaptação ou não inclusão das massas na lógica do capital, ou mesmo um momento transitório decorrente de sua consolidação enquanto sistema hegemônico. A vinculação “genética” da “questão social” com o alargamento da produção capitalista é dimensão indissociável da sociabilidade capitalista, que produz pobreza – enquanto uma das evidências mais imediatas da “questão social” – na mesma potência de sua capacidade produtiva cada vez mais coletivizada, e de apropriação da produção concentrada nas mãos de poucos.

Exatamente, se o desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões da ‘questão social’ vivenciadas no cotidiano da população. Portanto, podemos afirmar que a “questão social” não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações imediatas são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2006, p. 45).

O estudo do modo de produção capitalista e suas consequências para as relações sociais devem ser enfrentadas tendo em vista a composição do capital e suas metamorfoses no desenrolar da acumulação capitalista. Desta forma, ao analisar os determinantes da produção capitalista, Marx (2014, p.836) o fez sob dois aspectos fundamentais: do valor e do seu aspecto material.

Sob o valor a produção é determinada pela proporção em que se dividem os capitais: constante (meios de produção) e variável (força de trabalho). Em outro aspecto, do ponto de vista material o capital se coloca como relação social entre meios postos em marcha para a produção e a quantidade de trabalho necessária para utilizar os referidos meios.

Os desdobramentos da produção capitalista em sua concorrência advinda do modelo de concentração e centralização do capital acarretam a necessidade de os capitalistas ampliarem o capital constante e decrescer na razão inversa o uso de capital variável na produção de

mercadorias.

Nas palavras de Marx (2014) o modo de produo capitalista se concretiza elementarmente “(...) na diminuio da massa de trabalho proporcionalmente a massa de meios de produo que ela movimenta ou na diminuio do fator subjetivo do processo de trabalho em comparao com seus fatores objetivos. (p.847)” Assim, compreendemos que a crescente introduo e incorporao de tecnologias sob a perspectiva da produo capitalista possibilita tornar o trabalho mais produtivo, realizando maior extrao de mais-valia relativa sobre o trabalho, acarretando desigualdades sociais para a classe trabalhadora.

A diminuio relativa da parcela varivel de capital comparativamente com a parte constante no significa menor nmero de trabalhadores empregados, mas o aumento de seu nmero absoluto com diminuio de seu valor relativo em comparao com o capital total.

Neste sentido, nota-se que quanto maior a escala do capital global, menor a incorporao relativa de mo de obra proporcionalmente, sobretudo quando comparamos a incorporao de trabalhadores com a atrao dos mesmos pelo modo de produo capitalista. Este movimento pode ser notado no fato que,

com o desenvolvimento da fora produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais pleno de todos os mananciais da riqueza, amplia-se tambm a escala em que uma maior atrao dos trabalhadores pelo capital est vinculada a uma maior repulso desses mesmos trabalhadores, aumenta a velocidade das mudanas na composio orgnica do capital e em sua forma tcnica, e dilata-se o mbito das esferas da produo que so atingidas por essas mudanas, ora simultnea, ora alternadamente. Assim, com a acumulao do capital produzida por ela mesma, a populao trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerria (MARX, 2014, p. 859).

Portanto, a formao de trabalhadores supranumerrios com estas dimenses elucidadas por Marx (2014) est uma trajetria inerente e vital ao modo de produo capitalista, no uma reao indesejvel nesta sociabilidade. Ou seja, a forma de produo capitalista se desenvolve de tal maneira que o crescimento do capital global no est acompanhado da demanda por capital varivel na mesma intensidade. Por um lado, a produtividade do trabalho compensa proporcionalmente o acrcimo absoluto de trabalho, ao mesmo tempo em que a presso da populao supranumerria disponvel faz cair a remunerao paga ao trabalhador empregado na produo.

Portanto, a formao continuada desta fileira de supranumerrios est condio necessria e conseqente do modo de produo capitalista, sem a qual se diminui o dinamismo das relaes de produo capitalistas, no est feita, um movimento natural de toda forma produtiva.

Estes pontos de vinculao indissociavel da “questo social” e produo capitalista so

esclarecidos por Marx quanto à manutenção da superpopulação relativa imprescindível à economia capitalista e a existência de esquemas de alívio fragmentado em suas manifestações, a exemplo da pobreza.

Nesta análise a pobreza é descrita nas argumentações realizadas por Marx como pertencente ao capital, como resultante de sua produção, pois nas palavras do autor, “O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 2014, p.875).

Portanto, sendo a pobreza o resultado do modo de produção, os custos da manutenção dos esquemas de alívio imediato da pobreza são imputados aos trabalhadores e às parcelas da classe média através da apropriação do excedente produzido sob a forma de impostos e taxas, que proporcionalmente vão incidir mais sobre os setores da classe trabalhadora em comparação com os segmentos de maior acesso à renda.

Neste sentido, enquanto traço marcante do movimento de transição ao capitalismo, a pobreza pré-industrial caracterizada como decorrente da escassez de recursos, desdobra-se no âmbito da economia capitalista, como uma miséria ampliada em meio à abundância produtiva generalizada. Este desenvolvimento é resultado direto do novo sistema econômico hegemônico, cujo processo produtivo acarreta a produção em larga escala de manufaturas e empobrecimento das massas trabalhadoras na mesma medida da abundante produção de mercadorias. Do ponto de vista material visualiza-se o crescimento do número de indivíduos em situação de pobreza e miséria, contrastando com a ampliação do progresso material da sociedade capitalista.

Na obra marxiana sobre a pobreza, as condições de produção capitalistas sob as quais os homens fazem a história continuam a pressionar uma contradição crescente entre produção de riqueza social e pauperismo que assola a classe trabalhadora. Sob os imperativos produtivos do capital, os desdobramentos sociais se refletem no alargamento da superpopulação relativa de trabalhadores que compõe o segmento mais atingido e fragilizado de um duplo movimento inerente à ordem capitalista que é: a produção da riqueza social, concomitantemente à produção da miséria social em grande escala.

Não obstante, é importante asseverar que a superpopulação relativa descrita por Marx no capítulo XXIII de O Capital, antes de ser um bloco homogêneo, é uma população multifacetada, que é composta por três segmentações em seu conteúdo, possuindo características específicas, mas cujo elemento unificador se encontra no fato de serem resultantes do modo de produção capitalista, e, concomitantemente, funcionais ao mesmo.

Diante destas segmentações trazidas à tona por Marx (2014) da superpopulação relativa,

a populao supranumeraria seria composta por:

Flutuante – Esta categoria de trabalhadores que compoem o exrcito industrial de reserva seria composta pelos trabalhadores que ora esto inseridos diretamente na produao capitalista, ora esto fora desta. Nas palavras de Marx:

os trabalhadores so ora repelidos, ora atraidos novamente em maior volume, de modo que, em linhas gerais, o numero de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporo decrescente em relao a escala da produao. A superpopulao existe, aqui, sob a forma flutuante (MARX, 2014, p.870-1).

Este movimento se desenrola com a tendncia de produao poupadora de mo de obra, que amplia a extraao de mais-valia com intensificao do ritmo de trabalho, que incorporara ou retirara do processo produtivo parcelas da classe trabalhadora de acordo com as necessidades de acumulao do capital.

Latente - Esta categoria de trabalhadores tem sua dinamica atrelada ao constante fluxo migratorio campo/cidade decorrente da introduao de tecnicas industriais no campo, levando os trabalhadores a cidade em busca de emprego, cuja no incorporao a produao os levar a compor o Exrcito de reserva na agricultura. Seria ento caracteristica a (re)criao contnua desta populao, em razo de que “a demanda de populao trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporo em que aumenta a acumulao do capital em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulso desses trabalhadores seja complementada por uma maior atraao, como ocorre na indstria no agricola”(MARX, 2014, p.871).

Assim, a parcela de populao expulsa das atividades agricolas no industriais vai compor o estoque de mo de obra que garante o rebaixamento dos preos de mo de obra assalariada nos ramos industriais condensados nos centros urbanos em consolidao.

Estagnada – A parcela estagnada da classe trabalhadora que compoe o exrcito industrial de reserva e determinada por trabalhadores que no se inserem de maneira involuntaria em atividades produtivas nem na indstria, nem na agricultura. Este segmento e composto por trabalhadores temporarios, precarios, entre outras formas de ocupao, mas, que como segmento pressiona para a elevao da populao excedente, contribuindo para a logica de acumulao por propiciar a amplificao de mecanismos de expansao da riqueza capitalista. Esta categoria seria para Marx (2014, p. 874)

uma parte do exrcito ativo de trabalhadores, mas com ocupao totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um deposito inesgotavel de fora de trabalho disponivel. Sua condiao de vida cai abaixo do nivel medio normal da classe trabalhadora, e e precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de explorao do capital. Suas caracteristicas so o maximo de tempo de trabalho e o minimo de salario.

Neste sentido, a superpopulao relativa estagnada vai compor primordialmente, mas

não exclusivamente, a população alvo de programas focalizados de alívio à pobreza, que diante da baixa condição social gerada pela compressão dos níveis de salário, pode atingir também parcelas empregadas da população com baixos níveis salariais.

Dentre as três categorias de trabalhadores a *superpopulação relativa estagnada* é aquela que diretamente sofre os impactos do pauperismo e da miséria social por estar dissociada de maneira imediata dos meios de reprodução societária de maneira mais constante, ficando sob o controle social de gestão de suas condições de vida tendo em vista alguma potencialidade desestabilizadora da ordem.

Sobre este aspecto, para Marx (2014) esta última segmentação da superpopulação relativa, composta pela superpopulação relativa estagnada, reside intermitentemente nas franjas do pauperismo, uma vez que,

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo (...) essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva (MARX, 2014, p. 875).

Assim, dentre os três segmentos da superpopulação relativa, sua parcela estagnada irá compor prioritariamente os esquemas de alívio segmentado à pobreza da ordem capitalista, confinados ao estigma da não integração ao contexto da ética do trabalho, cuja resultante é a perpetuação em um círculo vicioso e involuntário por parte dos mesmos e de suas famílias na pobreza.

É importante destacar também, que além das camadas da superpopulação relativa, outra camada da população intermitentemente alvo dos esquemas de alívio da pobreza com viés moralizador e disciplinador é o denominado *Lumpemproletariado*.

O lumpemproletariado é uma parcela dos trabalhadores cuja delimitação inclui pessoas que ocupam a linha tênue entre os sujeitos oriundos da decadência de atividades burguesas e parte marginalizada da classe trabalhadora jogada a degradação humana pela dinâmica do capital, tais como: dependentes do álcool e outras drogas, andarilhos, maltrapilhos, presidiários

libertos etc. É uma camada de pessoas que diferentemente – pelo menos em parte – da camada estagnada da superpopulaçāo relativa nāo se adaptou aos preceitos capitalistas e muito menos parecem estar à disposiçāo de sua incorporaçāo à esfera produtiva por terem sido tornados inúteis à produçāo de mercadorias, portanto, invisíveis aos olhos do capital.

Na caracterizaçāo do Lumpemproletariado, Marx identifica-o como sendo o segmento de pessoas que nāo se vinculou sistematicamente ao mundo do trabalho, e que muito menos apresenta disciplina de adesāo a uma tarefa revolucionária vinculada a um projeto societário socialista.

Na abordagem sobre as especificidades do lumpemproletariado, é importante destacar que antes de ser especificamente uma categoria cuja importāncia estā em delimitar sua composiçāo, a validade categorial do lumpemproletariado estā muito mais direcionada ao significado de seu processo de criaçāo no sistema capitalista. Neste cenário analítico, este segmento da populaçāo se torna alvo dos esquemas de superaçāo da pobreza, pois, parte-se da compreensāo de que:

O principal significado da expressāo lumpemproletariado nāo estā tanto na referēncia a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atençāo para o fato de que, em condiçōes extremas de crise e de desintegraçāo social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas podem separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários (BOTTMORE, 1993, p. 329).

Assim, diante da persistēncia e do crescimento deste segmento da superpopulaçāo relativa na ordem social, estes sāo também alvo primordial dos programas de alívio à pobreza de maneira moralizadora e de controle sobre os mesmos, evitando que os mesmos fujam à lógica do capital. Do mesmo modo, com vistas a controlar a ampliaçāo do número de indivíduos enquadrados na superpopulaçāo relativa estagnada que podem recair no Lumpemproletariado e se tornar perturbadora da ordem capitalista, o Estado desenvolve açōes no sentido de garantir algum nível de manutençāo desta parcela da populaçāo nos níveis mínimos toleráveis de sobrevivēncia dos mesmos, e funcionais à acumulaçāo.

Na execuçāo destas tarefas, o Estado capitalista opera a incorporaçāo fragmentada destes segmentos da populaçāo de forma diferenciada tendo em vista sua condiçāo/adaptaçāo ou nāo ao trabalho, reativando o binômio assistēncia/repressāo quando esta situaçāo coloca em risco as atividades produtivas ou a acumulaçāo de capital.

Tendo em vista os elementos da teoria social crítica, as situaçōes que decorrem em pauperismo que podem levar os trabalhadores ao lumpemproletariado – que os esquemas de alívio tentam evitar – sāo fruto inexorável do modo de produçāo capitalista e de seu

desenvolvimento, que na mesma medida em que amplia sua capacidade de produtiva, amplia em polo oposto, situações de agudização do pauperismo e da superpopulação relativa. Este resultado não se afigura, portanto, como uma situação isolada que escapou à lógica do progresso capitalista decorrente do livre mercado, mas, é inevitavelmente sua consequência imediata.

É preciso apontar que, apesar da produção da miséria social no capitalismo ser uma tendência, no quadro teórico marxiano a alteração da composição orgânica do capital não resulta necessariamente na diminuição do valor absoluto da classe trabalhadora ou de seu ganho, uma vez que “ainda que o progresso da acumulação diminua a grandeza relativa da parte variável do capital, ele não exclui de modo algum, com isso, o aumento de sua grandeza absoluta” (MARX 2014, p. 848).

Logo, pode-se assistir a momentos conjunturais de ganhos absolutos da classe trabalhadora, quando a demanda por trabalhadores é superior em relação a sua disponibilidade, garantindo melhoria das suas condições imediatas de sobrevivência e reprodução, sem no entanto, se alterar a distância da sua parte incorporada em relação à parcela de trabalho não pago pelo capitalista. Nestas conjunturas, ocorre a pauperização relativa da classe trabalhadora em relação ao produzido socialmente, concomitantemente ocorre a melhoria de ganhos imediatos e absolutos da parte da classe trabalhadora incorporada ao trabalho capitalista.

Especificamente sobre esta relação de pobreza absoluta e relativa, em concordância com Rosdolsky (2001, p. 250 ss.) consideramos que não podemos afirmar que exista na análise marxiana a determinação de uma teoria do empobrecimento geral e irrestrito da classe trabalhadora em toda e qualquer conjuntura de produção capitalista. A partir do exame da teoria marxiana, notadamente a tendência à pauperização diz respeito ao crescimento da pobreza relativa dos trabalhadores incorporados ao processo produtivo. No que lhe concerne, a ampliação da miséria, ou da pobreza absoluta, diz respeito ao aumento do Exército industrial de reserva, das parcelas não integráveis da classe trabalhadora, sendo seu desdobramento o fato de a condição da classe trabalhadora se deteriorar em comparação com as condições da burguesia de maneira geral.

Este movimento tendencial de pauperização da classe trabalhadora em comparação com a incorporação do excedente pela classe capitalista é descrito por Marx como lei geral, absoluta, da acumulação capitalista, pois conforme comprovou Marx em seu estudo das relações capitalistas de produção:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva.(...) A grandeza proporcional do exército industrial de

reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2014, p. 876).

Tal recurso ao cerne das relações capitalistas de produção para demonstrar a contínua geração de pobreza no capitalismo tem o objetivo de reiterar a assertiva que não se suprime a pobreza, ou qualquer outra situação que tenha seu fundamento decorrente da “questão social”, sem necessariamente suprimir as relações de produção capitalistas, pois tais dinâmicas reproduzem como sua contraface, a miséria social.

Não obstante, vale a pena asseverar que apesar de processos de empobrecimento absoluto e relativo se vincularem ao modo de produção capitalista, esta vinculação não se restringe a determinação puramente econômica destas situações, uma vez que nas formações capitalistas temos situações díspares de pobreza e desigualdade entre as nações ou mesmo dentro de um estado-nação específico. Tais diferenças, internas ou externas às nações são determinadas por mediações complexas do ponto de vista político-cultural, bem como das diferentes relações geopolíticas que interferem na configuração da dimensão do empobrecimento da classe trabalhadora e de níveis de desigualdade maiores ou menores dependendo da inserção do país no sistema capitalista mundial.

Deste modo, é necessário afirmar, que apesar de termos concordância quanto à multidimensionalidade da pobreza, entendemos que este caráter multidimensional se restringe às suas manifestações fenomênicas.

Quanto às determinações da pobreza, ao contrário do pensamento pós-moderno que chancela as causas da pobreza a multiderterminações resolvíveis de maneira parcializada e pulverizada do ponto de vista cultural, ético etc., em nosso entendimento, o âmago da pobreza se encontra na raiz das contradições sociais inerentes à relação capital/trabalho. Tais contradições resultam funcionalmente em uma apropriação diferenciada dos bens e serviços produzidos socialmente, cujo acesso mais socializado se encontra interdito devido ao próprio viés imprescindível e imanente da pobreza na sociabilidade do capital.

Compreendemos que a multidimensionalidade das formas de experimentação da pobreza na sociedade capitalista é determinante em seu diagnóstico cotidiano, tendo em vista as particularidades de cada formação social específica, cujas relações sociais, políticas e econômicas vão condicionar sua dimensão e seu enfrentamento por parte do Estado. No entanto, a partir das conclusões realizadas por Marx (2014) verifica-se que na sua gênese e causalidade as situações de pobreza são fruto da forma de produção capitalista. Portanto, esta multidimensionalidade presente nas manifestações cotidianas da pobreza não é válida também na sua gênese e fundamento.

Se por um lado a crítica marxista da pobreza aponta sua conexão ao processo capitalista de produção material e reprodução social, por outro lado temos como resultado desta vinculação da pobreza à dinâmica do capital o fato de que as alternativas hegemônicas de combate ao empobrecimento se encontram necessariamente limitadas pela sua ligação à ordem do capital. Esta limitação estrutural leva a ações segmentadas, atingindo perfunctoriamente a expressão da pobreza na sociedade. As alternativas apontadas invariavelmente se restringem à gestão burocrática da pobreza, culpabilização dos pobres por sua condição e medidas punitivas.

Neste sentido, decorre da revisão até aqui empreendida, que para o alívio da pobreza e sua superação, não basta um conteúdo discursivo, ou o simples recurso à administração estatal para que se enfrentem situações que são estruturais e perenes sob a sociabilidade capitalista.

Em relação a este fato, que pode nos levar a análise geral dos limites das soluções superestruturais para o fenômeno da pobreza, Marx (2011), em sua resposta direcionada a Rudge, desmistifica a causa apontada por este para a não resolutividade das questões apontadas em relação à situação de trabalhadores da Silésia. Em sua análise, Rudge identifica como determinante para a pobreza nesta região uma falta de desenvolvimento político do governo da Prússia em comparação com a Inglaterra.

Sobre esta argumentação mistificada das causas da persistência da pobreza, Marx aponta ser esta uma falsa questão levantada pelo “prussiano” em seu texto, uma vez que a “vontade política” não é capaz sozinha de resolver os problemas sociais decorrentes da agudização da “questão social”.

Quanto aos argumentos levantados por Ruge, Marx aponta que o Estado mais desenvolvido à época, o inglês, convivia com altos níveis de avanço da pobreza em sua sociedade, o que leva Marx a afirmar que indubitavelmente: “o exame da Inglaterra é a experiência mais segura para conhecer-se a relação de um país político com o pauperismo. Na Inglaterra, a miséria dos trabalhadores não é parcial, mas universal; não se limita aos distritos industriais, mas se estende aos agricultores” (MARX, 2011, p. 144).

Prosseguindo com sua explanação sobre os argumentos de uma boa ou má política como determinante para superação do avanço da pobreza, Rudge afirma que o Rei Frederico II vê na pobreza uma falha de assistência social na Prússia. Porém, este argumento não é nada muito diferente do que se evidencia na Inglaterra, em que ora se reduz a pobreza a um déficit educacional, ou a uma inabilitação da legislação assistencial ao atendimento das demandas.

Neste sentido, depois de três séculos de vigência das leis dos pobres elizabetanas e o aumento da pobreza concomitante, qual o diagnóstico apontado pela comissão reformadora das leis dos pobres? Obviamente, falha na administração. Para os reformadores do parlamento

ingls a resposta para o avano da pobreza é que “a causa principal da grave situao do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assist ncia, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o” (MARX, 2011, p.143).

Nota-se que a pobreza está longe de ser reconhecida pelos reformadores sociais como decorrente de uma forma específica de produo, sendo identificada de maneira superficial como resultante da própria legislao que regula o seu enfrentamento.

Ao reformar a própria legislao de regulao da pobreza, não se verifica a resoluo para o avano desta. Assim, aponta-se como problema individual, localizado na própria imprevidência dos pobres. Em relao a esta ao errática de tentar conter o pauperismo na consolidao do capitalismo, Marx sintetiza de maneira exata,

Como se v , a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assist ncia e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislao inglesa. Aquilo que, no comeo, fazia-se derivar de uma falta de assist ncia, agora se faz derivar de um excesso de assist ncia. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida (MARX, 2011, p. 143).

Nota-se a partir da síntese crítica cirurgicamente elaborada por Marx, que embora a pauperizao na sociedade capitalista seja um processo decorrente e útil ao seu desenvolvimento, seu crescimento   mistificadamente identificado na ordem burguesa como fen meno aut nomo em relao   forma da produo material da riqueza.

Interpretada como algo exógeno ao Modo de Produo Capitalista, a pobreza passa a ser abordada como problema de ordem *moral/comportamental* ou, invariavelmente, como resultado de *má administrao* desta, em que a assist ncia aos pobres seria geradora de tal condio.

Consideraes finais

A partir de uma abordagem mais ampla de investigao, este artigo buscou demonstrar que a crítica marxista aponta para a impossibilidade do aprofundamento de medidas em direo ao combate dos elementos centrais da pobreza na sociedade capitalista.

Ao realizar o levantamento da massa crítica sobre a pobreza na análise marxiana, nota-se que na sociedade capitalista a pobreza se circunscreve identificada   situaes individuais, naturalizadoras e culpabilizadoras dos pobres, que são identificados e abordados pelo suposto déficit pessoal em relao ao seu nível de adequao ao modo de produo capitalista,

superficialidade interpretativa contrastada com o caráter estrutural da pobreza na sociabilidade do capital.

Por seu turno, realizar este percurso reforça a compreensão de que, sob a ótica marxiana, a pobreza é geneticamente ligada ao desenvolvimento capitalista, sendo a sua contraface, na medida em que o crescimento do sistema capitalista resulta em uma dinamização da pobreza em seu polo oposto. Esta vinculação genética entre pobreza e capitalismo demonstra a reprodução da pobreza como condição resultante e necessária ao processo de reprodução do capital, portanto, ineliminável sob estas condições.

No bojo dos elementos debatidos neste artigo, nota-se o aporte perfunctório da burguesia sobre a dinâmica da pobreza, restando à sociedade capitalista empreender esforços para mitigá-la, mantendo-a em níveis considerados aceitáveis e funcionais ao capitalismo.

Indiscutivelmente, entendemos que as situações de pobreza experimentadas na sociedade capitalista não são uniformes, muito menos homogêneas, apresentando, via de regra, matizes diferenciados a depender do contexto econômico, cultural, político e geopolítico de cada nação. Estas diferenciações e singularidades são resultantes da inserção capitalista de cada nação, e das disputas de classe que se plasmam nas ações do Estado desde o momento em que este amplia suas funções para além de um caráter essencialmente coercitivo de controle societário sobre a população, passando a operar também medidas de consenso social no âmbito da sociedade civil.

Apesar destes níveis e alcances diferenciados das situações de pobreza, estas se vinculam visceralmente à lei geral da acumulação capitalista, uma vez que como se buscou demonstrar criticamente, as bases da pobreza advêm do caráter estrutural e irremissivelmente desigual do sistema capitalista que gera pobreza em polo oposto à sua capacidade de produção de riqueza.

Referências bibliográficas

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Vilella. & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, N. 3, Brasília, ABEPSS, 2001.
- MARX, K. *Capital: Crítica da economia política*. Livro I, São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 3, n. 1. Londrina, fev. 2011, p. 142-155.
- MONTANO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, n. 110. São Paulo, jun. 2012, p. 270-287.

NETTO, J.P. *capitalismo monopolista e serviço social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Ed UERJ/Contraponto, 2001.